

SISTEMA FINANCEIRO / Transferências feitas à noite terão valor máximo de R\$ 1 mil. Medida vale também para pagamentos feitos por cartões de débito, entre outros. Bancos pediram mudanças nas regras devido ao crescimento do número de crimes, como sequestro relâmpago

BC limita Pix para evitar golpes

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND

Após pressão das instituições financeiras por conta do aumento do número de crimes e fraudes por meio do Pix, o Banco Central divulgou, na tarde de ontem, um pacote de medidas para aumentar a segurança do meio de pagamento instantâneo lançado no início do ano.

As novas determinações devem começar a valer dentro de duas semanas, e uma delas limita a R\$ 1 mil o valor das transferências entre 20h e 6h do dia seguinte. Esse limite noturno também vale para transferências interbancárias, pagamentos com cartões de débito e liquidação de TEDs. Durante o dia, o valor máximo das operações via Pix terá o limite do cliente para as TEDs como referência, segundo a autoridade monetária.

O cliente poderá reduzir os valores das transferências diárias ou noturnas quando quiser, por meio do aplicativo, e a alteração será feita imediatamente. Mas, se quiser aumentar o limite, a mudança vai demorar, no mínimo, 24 e, no máximo 48 horas. Essa alteração, no entanto, ainda dependerá da autorização da instituição financeira, que vai avaliar o perfil do cliente e do recebedor, analisando os riscos, segundo o BC.

Sequestros

Nas última semanas, foram vários os alertas contra o aumento da ação de bandidos para extrorquir dinheiro de clientes bancários. No período noturno é quando costuma ocorrer o maior número de sequestros relâmpagos, e, por conta disso, o valor máximo das transações do Pix costumava ser o limite de saques do cartão de débito. As regras variavam de acordo com a instituição, mas para aumentar esse limite por meio do aplicativo, a atualização costumava levar uma hora ou ocorria no dia útil seguinte.

“Essas medidas produzem algumas inconveniências, mas entendemos que os benefícios serão muito maiores do que os custos. Temos total segurança de que as mudanças não reduzirão o interesse por meio de pagamentos eletrônicos”, disse o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, João Manoel Pinho de Mello. Ele contou que a instituição que não seguir as novas regras poderá sofrer sanções da autoridade monetária. Se o cliente não solicitar mudanças, os limites determinados pelo BC serão os que passarão a valer quando as novas regras forem implementadas.

O objetivo do pacote de medidas, segundo ele, é desincentivar os criminosos, “sem prejudicar a

usabilidade do PIX para a maioria dos participantes da ferramenta”.

De acordo com o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Souza, a cada 100 mil transferências com o Pix, uma tem indício de fraude, considerando o período de novembro de 2020 até agosto deste ano. Com isso, são 38 mil transferências identificadas com indícios de fraude com o Pix em um universo de 3,8 bilhões de transações. “Dessas 38 mil ocorrências na base, 0,6% envolveu crimes contra pessoas e sequestros”, disse. “Independentemente do baixo número relativo, queremos segurança para toda a população brasileira”, emendou Souza.

Na avaliação de João Manoel Pinho, o custo das mudanças no Pix não deverá ser muito relevante para as instituições financeiras para acarretarem aumento de custo para os clientes. “Agora, temos que admitir que, sempre quando tem custo, pode ser que a sociedade pague. O custo da insegurança associada à transação com dinheiro físico é enorme, de R\$ 10 bilhões, sem contar a perda de vida humana, com o sofrimento dos crimes envolvendo o dinheiro”, disse o diretor. Para ele, o dinheiro em espécie é o principal mecanismo de insegurança, e não é rastreável pela polícia como o Pix. “É importante lembrar que as transações eletrônicas aumentam a segurança”, reforçou.

De acordo com o BC, os clientes poderão determinar que as instituições financeiras ofereçam funcionalidades que permitam aos usuários cadastrar previamente contas que poderão receber transferências via Pix acima dos limites estabelecidos, permitindo o manter seus limites baixos para as demais transações. Os bancos também poderão reter uma transação no Pix por 30 minutos durante o dia ou por 60 minutos durante a noite para a análise de risco da operação, informando ao usuário quanto à retenção.

Segundo o BC, a marcação no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT) de contas em relação às quais existam indícios de utilização em fraudes no Pix, passará a ser obrigatória. Antes, era facultativa. Esse banco de dados é compartilhado entre as instituições cadastradas no programa e poderá ser acessado nas consultas para evitar fraudes ou roubos. O BC ainda determina que os participantes compartilhem, tempestivamente, com

autoridades de segurança pública, as informações sobre transações suspeitas de envolvimento com atividades criminosas.

Mais cedo, durante um evento para empresários em São Paulo, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que esse pacote de medidas de segurança do Pix “faz parte do aprimoramento dessa forma de pagamento”, como ocorreu com os caixas eletrônicos, por exemplo. De acordo com ele, o Pix tem surpreendido as expectativas e possui, atualmente, 283 milhões de chaves registradas. “O Pix não é só um sistema de pagamento instantâneo, mas ele tem ajudado a inclusão de mais pessoas no mundo financeiro”, acrescentou.



Fonte: Banco Central

Mais segurança

Banco Central vai mudar regras do Pix e outros mecanismos de transferências financeiras para evitar crimes. Veja as principais medidas:

- 1

Limites de transação

- Período: de 20 horas às 6 horas do dia seguinte, a soma das transações será limitada a R\$ 1.000.
 - Transações afetadas: transferências entre contas dentro da mesma instituição; Pix; cartões de pagamento pré-pagos e de débito; e TEDs.
- 2

Proteção ao cliente de TED

- Instituições financeiras não poderão acolher TEDs de diferentes titularidades entre pessoas físicas e MEIs entre 20h e 6h do dia seguinte.
- 3

Cliente gerenciando seus limites

- Clientes poderão, pelo aplicativo, reduzir ou aumentar seus limites. A mudança terá efeito imediato em caso de redução, mas deverá esperar entre 24 e 48 horas em caso de aumento.
 - Nos canais presenciais, o aumento ou diminuição podem ser imediatos.
- 4

Indícios de contas usadas para fraude

As instituições financeiras serão obrigadas a marcar as contas com indícios de fraude para alimentar os sistemas antifraude no Pix e em outras transações de pagamentos e serviços bancários. Hoje, isso é facultativo.
- 5

Coordenação com as forças policiais

- Participantes de arranjos de pagamento digitais (cartões pré-pagos, de débito e de crédito, TED, DOC, Pix, boleto, etc) terão que compartilhar, tempestivamente, com as autoridades de segurança pública as informações sobre as transações suspeitas de envolvimento com atividades criminosas.



Essas medidas produzem algumas inconveniências, mas os benefícios serão muito maiores. As mudanças não reduzirão o interesse por meios de pagamentos eletrônicos”

João Manoel Pinho de Mello, diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do BC

» Muda cronograma do open banking

Logo após apresentar as mudanças no Pix, o Banco Central divulgou nota alterando o cronograma de implementação do open banking no país. A data de início do compartilhamento do serviço de de pagamento Pix, (escopo inicial da Fase 3), foi adiada de 30 de agosto para 29 de outubro de 2021. A medida decorreu da necessidade de ajustes nas especificações técnicas, que comprometeram o prazo. As demais datas da Fase 3 e da Fase 4, previstas para dezembro, foram mantidas. A exceção foi a do pagamento pelo Pix, que ficou para outubro.

Especialistas aprovam

» LUANA PATRIOLINO

Na avaliação de especialistas, as mudanças anunciadas pelo Banco Central para dar mais segurança às transações financeiras são positivas. O delegado Giancarlos Zuliani, chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Cibernéticos (DRCC), da Polícia Civil do Distrito Federal, estima que a cada 10 golpes cometidos pela internet atualmente, sete são por meio do Pix.

Zuliani vê o sistema de transferências bancárias como um dos maiores vilões da atualidade. Segundo o delegado, é possível rastrear o criminoso. No entanto, é quase impossível devolver os valores para as vítimas. Isso porque os criminosos recebem dinheiro e transferem para outras contas em poucos minutos. “Quando tínhamos o sistema DOC ou TED era mais fácil tentar segurar o dinheiro. Por Pix, não. Assim que cai na conta do criminoso, em menos de 5 minutos, o dinheiro é transferido para outros locais. E por PIX também”, explica o chefe da DRCC.

A previsão é a de que as medidas comecem a ser implementadas em algumas semanas. Outro problema encontrado é a interestadualidade dos criminosos. “Os titulares das contas geralmente são de estados diferentes daquele das vítimas. E eles transferem o dinheiro para outras unidades federativas. Pulverizam para dificultar a ação da polícia. Além disso, uma mesma conta recebe Pix de várias fraudes ao mesmo tempo”, explica o delegado Giancarlos Zuliani.

O Banco Central também vai determinar que os bancos compartilhem com a polícia informações sobre transações suspeitas de envolvimento com atividades criminosas. O especialista em segurança pública e privada Leonardo Sant’Anna ressalta que a medida do BC demonstra preocupação com a quantidade de crimes. “As instituições bancárias fizeram a leitura desse novo comportamento dos marginais”, afirma.

A advogada Jéssica Marques, especialista em direito penal e digital, ressalta que as maiores vítimas desses golpes, atualmente, são pessoas acima de 60 anos. “O Pix se transformou em um fenômeno nacional e, óbvio, atraiu o interesse de golpistas, que se aproveitam das novas tendências do mercado para lesionar usuários desatentos”, avaliou. “Vários são os golpes aplicados, mas o procedimento de abordagem é o mesmo: repassar uma informação falsa, com aparência de regular, para atrair a vítima”, explica a advogada.

CB.AGRO

Demanda externa segura preço da carne

» BERNARDO LIMA*

A conjuntura internacional é a grande responsável pelo alto preço da carne no Brasil, país que mais produz e exporta o produto, segundo o vice-presidente da Associação de Criadores de Guzerás do Brasil, Adriano Varela Galvão.

“O grande balanço da história foi o problema da peste suína na China, que provocou um rearranjo de consumo lá. Isso mudou o patamar mundial, com o consumo internacional forte e o dólar a R\$ 5. A carne é uma commodity, então, ela teve um rearranjo de preço interno em função da demanda externa e do dólar”, disse Galvão, em entrevista à *CB.Agro*, uma parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília.

O pecuarista afirmou também que o aumento da produtividade ajudaria os produtores a mante-

rem menores os preços da carne. De acordo com Adriano Galvão, o Distrito Federal é referência no assunto. “Brasília está se especializando muito em quebrar a curva das commodities. Se pegarmos a produção total, teremos um número pequeno, mas quando você mede produção por hectare, aí Brasília dá um banho”, observou.

A falta de espaço na unidade federativa levou os pecuaristas locais a se desenvolverem na área do cuidado com a fazenda. “O DF hoje tem um problema de produção pela pequena área que temos aqui. Com trabalhos como o nosso, de seleção de gado puro, temos um valor agregado. Acredito muito mais em um mercado de Brasília especializado em genética do que na produção de carne e de leite”, disse o pecuarista.

Adriano também afirmou que

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Adriano Galvão: consumo internacional forte e dólar caro provocaram alta do produto para o consumidor brasileiro

o grande desafio do criador de gado hoje é a necessidade de atuar também como um agricultor “Você precisa cuidar dos pastos, dividir, adubar para aumentar a

taxa de lotação da fazenda. Assim, você consegue colocar mais animais por hectare e melhorar a produtividade.

Além do cuidado com o solo,

é importante que o pecuarista moderno consiga maior produtividade por meio do cruzamento entre raças ideais. “O guzerá é uma saída para isso, pode ser

usado no cruzamento com outra raça, o que resulta em bezerros mais pesados. Isso é o ideal, porque assim o animal chega ao ponto de abate mais cedo. A heterose entre raças é sem dúvida uma ferramenta indispensável para quem quer aumentar a produtividade.”

Adriano Galvão reconheceu que o uso irresponsável do solo por alguns produtores, como o desmatamento desregrado para a formação de pastos, leva a problemas com a falta de água. E frisou que o pecuarista que não faz o uso consciente da terra está prejudicando também a si mesmo. “Existem vários grupos, mas, sem dúvida, o consenso é de que hoje temos que melhorar a produção por hectare, e não mais ter mais hectare por fazenda. Sabemos que precisamos de água para produzir, então, temos que preservar as áreas de nascente, reservas e rios da fazenda. Quem não faz isso, está dando um tiro no pé a longo prazo.”

***Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo**